

O PRINCÍPIO DA MUSEALIDADE NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS MUSEUS COMO LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADE: UM ESTUDO NO MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS, RS.

José Paulo Siefert Brahm¹

josepbrahm@hotmail.com

Diego Lemos Ribeiro²

dirmuseologo@yahoo.com.br

RESUMO

O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. A atribuição de valores e a recolha de objetos, premissa basilar dos museus, são reflexo da percepção da musealidade. Baseado nisso, debruçaremos sobre os motivos que levam os indivíduos a separarem uma pequena parcela de objetos da realidade para a sua preservação e exibição, e, no mesmo sentido, buscaremos refletir sobre como os indivíduos se relacionam com os mesmos. Num segundo momento, abordaremos o potencial dos museus como lugares de memória, identidade e, ao mesmo tempo, de esquecimento. Por último, apresentamos parte de uma pesquisa empírica que está sendo desenvolvida no Museu Gruppelli, Pelotas/RS. Nessa pesquisa, são identificadas e analisadas as relações travadas entre sujeito e objeto, relação esta sistematizada, aqui, a partir do conceito de percepção da musealidade.

Palavras-chave: Coleção; Musealidade; Lugar de memória; Museu Gruppelli.

INTRODUÇÃO

O ato de colecionar objetos está intrinsecamente vinculado à formação dos museus no Ocidente. Mas, quais seriam os dispositivos sociais e cognitivos que motivam esse ato? Quais pontes conseguimos construir entre a formação de coleções e a vontade de preservar memórias? De forma sumária, compreendemos que a atribuição de valores e a recolha de objetos, base fenomenológica dos museus, são reflexo da percepção da musealidade. Esse conceito, de difícil delimitação, poderia ser abreviado como o deslocamento de olhares do observador sobre as coisas que os cercam (a cultura material), conferindo-os novos estratos de sentido e significado, cujo objetivo final seria a preservação de memórias.

¹ Bacharel em Museologia (UFPel). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Doutor em arqueologia (MAE, USP), professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Baseado nessas premissas iniciais, o presente artigo busca refletir sobre o princípio da musealidade, conceito tão caro à área de museus. Nos debruçaremos, mesmo que de forma ainda inicial, sobre os motivos que levam os indivíduos a separarem uma pequena parcela de objetos da realidade para a sua preservação e exibição, da mesma sorte que buscaremos explicar algumas das formas como os sujeitos se relacionam com os mesmos. Num segundo momento, abordaremos o potencial dos museus como lugares de memória e identidade. Porém, veremos que essas instituições, ao mesmo tempo, podem ser um lugar de esquecimento, de disputas de poder, usadas para consolidar algumas lembranças em detrimento de outras.

Para explicar melhor a importância do princípio de musealidade, vamos apresentar uma pesquisa empírica que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objeto de análise o Museu Gruppelli – instituição que está situada na zona rural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. O estudo, ora apresentado, busca identificar e analisar como se efetiva a percepção museal do público que visita as exposições do referido Museu, bem como, seu potencial de evocar memórias e forjar identidades, além de identificar que pontes e conexões o público cria ao flertar com os objetos expostos.

Para investigar o que é proposto no objetivo de nosso estudo, os métodos qualitativo e quantitativo são utilizados, os quais Appolinário (2009) define do seguinte modo: a pesquisa qualitativa trabalha com fenômenos, por isso apresentam poucas condições de generalização das análises. Do mesmo modo, faz uso de análises subjetivas. Os métodos de análise para a realização da pesquisa estão sendo realizadas por meio de entrevista semi-estruturada, por intermédio de uma conversa de finalidade, elaborada pelo pesquisador, abordando questões com temáticas redigidas e livres (NETO, 1994). As entrevistas estão sendo aplicadas ao público frequentador do Museu, tanto o morador da zona rural, como da zona urbana; em especial, durante a sua visita às exposições. Para Neto, (1994) essa ferramenta possibilita “uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informação sobre um determinado tema científico” (NETO, 1994, p. 57). Ainda, para o autor, podem-se obter dados objetivos e subjetivos, nos quais, o segundo busca identificar os valores, atitudes e opiniões dos entrevistados.

Para potencializar a análise, selecionamos dois objetos das exposições como referência, a carroça (imagem 1) e a foice (imagem 2), ambos os instrumentos ligados ao trabalho e ao cotidiano do morador da zona rural de Pelotas e, também, por serem estimuladores e provocadores de memórias, e, igualmente, por estarem situados em rede com outros diversos objetos situados na mesma exposição. O método em questão está provendo a oportunidade de entender a relação de memória e identidade por intermédio dos objetos anteriormente citados, da mesma sorte que possibilita compreender as pontes e conexões mnemônicas que estão sendo criadas na relação entre sujeito e objeto.



Figura 1: Carroça. Fonte: Acervo dos autores.



Figura 2: Foice. Fonte: Acervo dos autores.

DO ATO DE COLECIONAR AO PRINCÍPIO DE MUSEALIDADE

Segundo o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2003), baseado em Clifford (1985) e Pomian (1997), dirá que “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’.” (GONÇALVES, 2003, p. 22). Seguindo o mesmo raciocínio Jelin (2002) afirma que vivemos em uma era de colecionadores, em que os diversos grupos humanos buscam guardar e registrar tudo, como suas fotos de infância, diários, revistas, e arquivos oficiais e privados. Sob o ponto de vista dos estudos da memória, o antropólogo Joel Candau (2014) considera este fenômeno como de intensa reivindicação memorial a partir do conceito de mnemotropismo. Segundo o autor, esse conceito corresponde à expressão política da memória, que seria reflexo direto da crise identitária e patrimonial imposta na contemporaneidade. Além de explicar que “mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões de memória” (CANDAU, 2014, p. 107), referindo-se, assim, sobre a relação entre memória e patrimônio. Nesse sentido, os objetos (extensões da memória) serviriam para evocar e fixar memórias, que são ativadas aleatoriamente ou, em especial, nos lugares projetados para esse fim – a exemplo dos museus.

Mas indagamos: de onde surge a vontade do homem/sujeito de guardar e colecionar objetos? Quais seriam as motivações do colecionismo, então? Essas perguntas, levantadas também por Mendonza (2005), geram muitas reflexões em torno de si. Segundo a autora, guardamos objetos mesmo sabendo que perderão seu valor de uso no futuro, como uma tentativa de manter vivos os testemunhos remanescentes de um passado que não mais voltará, e queremos recordar. Desse modo, o ato de colecionar teria relação com a conservação física, mas, sobretudo, com a semântica dos objetos. A relevância da manifestação material contribui, por esse prisma, para evocar um passado que almejamos trazer para o presente; a objetividade dos objetos, a matéria, serve como dispositivo que cria pontes com a subjetividade – sempre de um ponto de vista relacional entre sujeito-objeto. Em resumo, o sentido de colecionar objetos se dá por formas e motivos diversos, porém, as razões emocionais se sobressaem, pelo status que os objetos proporcionam, pelo conhecimento que podem gerar, ou mesmo, por puro hobby. Além disso, o ato de colecionar pode ser tanto de um indivíduo particular, como de um grupo informal ou uma instituição (MENDONZA, 2005) e, dentro desse quadro, entra o papel dos museus como instituições de guarda, pesquisa e comunicação de objetos como cultura material.

Cumpramos mencionar, aqui, que a formação das coleções e a “vontade de memória” (NORA, 1993) são compreendidas no campo dos museus pelo viés da musealidade. Para Bruno (2006), a musealidade seria a percepção contextual da cultura material, cujo objetivo final seria a preservação, cuja percepção acompanha a humanidade desde a pré-história, quando os grupos humanos selecionavam e retiravam fragmentos da realidade para proteção e guarda (BRUNO, 2006). Para a autora, a musealidade seria anterior ao próprio ato de colecionar e, conseqüentemente, anterior ao próprio museu.

Assim, reconhecemos que as atividades de observar, selecionar e valorizar, expor e guardar distingue a sociedade humana há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus (BRUNO, 2006, p. 123).

Esse conceito é também sistematizado por Scheiner (2005), que estabelece que:

A musealidade é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre esta relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), a percepção (conceito) de ‘musealidade’ poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social (SCHEINER, 2005, p. 95).

Importante frisar, também, que essa percepção tem estrita relação com os processos de seleção e apropriação de referenciais de memórias, que, por serem imbuídos de intencionalidades, não estão desconectados das esferas de poder sobre os signos e os símbolos entrelaçados nos objetos.

Os objetos, que, agora, tem seu uso primário abreviado, para o qual foram inicialmente projetados, adquirem novos estratos semânticos por intermédio dos processos de musealização. Em outros termos, os objetos, no contexto de museu, servem como documentos da realidade da qual foram deslocados – embora esse deslocamento não seja necessariamente físico, mas, essencialmente, simbólico ou semântico. Por essa lógica, um tacho de cobre, no espaço expositivo, não serve somente para apresentar um artefato projetado para fazer doces, mas, sim, como indicador de memórias de um determinado grupo, como representação dos seus modos de vida, de sua culinária, dos modos de operação para fabricação de doces caseiros, dentre outros elementos de representação. Dentro de uma linguagem expográfica, ao flertá-lo, abrem-se campos para os expectadores enxergarem o sentido do objeto para além de sua realidade aparente, trazendo o longe para perto, os mortos para os vivos e o passado projetado no presente.

Nesse universo simbólico, esses objetos são denominados por Pomian (1997) como semióforos: uma ponte entre o visível e o invisível³. Adquirem, instrumentalizados pelos processos de musealização, o que poderíamos entender como o status de “aura” (BENJAMIN, 1955), assim como os locais em que esses estão inseridos e fazem parte (ASSMANN, 2011). De acordo com Assmann (2011), os objetos, ao adentrarem no campo de forças dos museus, tem o seu valor de uso esmaecido e adquirem uma nova função, agora simbólica, “também as formas de vida, atitudes, ações e experiências estão sujeitas a uma metamorfose parecida, quando saem do contexto, de uma atualidade viva e se tornam recordações.” (ASSMANN, 2011, p. 360). Os objetos museológicos (*musealia*), então, devem ser vistos como possuidores de valores simbólicos, espirituais de diversas matizes, como reafirma Mário Chagas (2002).

³ Estimamos que os objetos quando ressignificados e inseridos em um cenário de representação, o Museu, servem como dispositivos que conectam o visível, pela objetividade dos objetos, ao invisível, pela subjetividade da percepção (POMIAN, 1997).

OS MUSEUS COMO LUGARES DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E ESQUECIMENTO

Como dito anteriormente, nessa segunda parte da reflexão, abordaremos o potencial dos museus como lugares de memória e identidade. Porém, veremos que essas instituições, ao mesmo tempo, podem ser um lugar de esquecimento, de disputas de poder, usadas para consolidar algumas lembranças em detrimento de outras. Podem ser desse modo, um lugar em que se estreitam as tensões e conflitos entre memórias, e identidades dos diferentes sujeitos, a partir de suas relações travadas com os objetos dispostos para salvaguarda e comunicação no interior dessas instituições.

Iniciaremos essa breve reflexão baseados no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que afirma que as instituições museológicas são evocadoras de memória, de sensações, onde o público busca descobrir, aprender e ampliar seus conhecimentos e sua consciência de identidade. Maria Cristina Bruno (2006), na mesma direção, afirma que os museus são lugares que administram os indicadores de memória, tendo por desafio, por meio da salvaguarda e comunicação, criar representações e estimular reflexões sobre a realidade. “São lugares da memorização, tanto quanto esquecimento: são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial.” (BRUNO, 2006, p. 121).

Os museus podem ser compreendidos como lugares de memória segundo Nora (1993). Para o autor, esses lugares buscam preservar o passado no presente. Busca-se preservar as lembranças de nossas vivências de outrora para a sua difusão. São mistos, híbridos, mutantes e em metamorfose, enlaçados de tempo e espaço, em memórias individuais e coletivas, do comum e do sagrado, do imóvel e do móvel. Possuem sentidos materiais simbólicos e funcionais, os quais coexistem, sempre, entre si (NORA, 1993). E tal ideia é também defendida por Fleury e Walter (2011) que estabelecem que os museus podem ser considerados como lugares de memória, desempenhando a função de dispositivos memoriais que possibilitam a valorização, revalorização, reconstrução do passado, através das exposições, para que o visitante possa recordar, evocar suas memórias, tanto ao nível individual, como coletivo.

Podem ser, ainda, locais de memórias. Assmann (2011), já citada, diz que existem diferenças conceituais entre o que é lugar e local. Para a autora, as memórias dos locais se diferenciam dos lugares de memória claramente. “É que enquanto a memória dos locais é fixada em uma posição determinada, da qual ela não se desprende, os lugares da arte da memória se distinguem justamente por se poder transferi-los” (ASSMANN, 2011, p. 332, 333). Em outros termos, firmados nessa ideia, podemos pensar nos museus não somente como lugares de memória, mas como locais de memória. Isso equivale pensarmos não somente nos museus tradicionais (edifícios readequados, ou construídos para esse fim, cujos acervos são deslocados para serem preservados), mas, referentes a todas suas múltiplas manifestações. Nessa lógica, podemos citar os museus de território, de cidade, sítios arqueológicos, parques naturais musealizados, entre diversos outros. São acervos e coleções que permanecem e são mantidos no próprio espaço em que foram concebidos.

Segundo Scheiner (2005), os museus estão articulados aos mais essenciais meios de expressão da memória: o tempo, a língua e o espaço. É nessa relação de elementos em que a instituição opera. Para a autora, a memória pode ser entendida como um processo, enquanto jogo de articulações da emoção e da mente humana. Conceito partilhado por Jelin (2002), que afirma que a memória seria um processo subjetivo ancorado em experiências e marcas simbólicas e materiais. É preciso reconhecer a memória como objeto de disputas, conflitos e lutas, onde que os participantes estão relacionados com os dispositivos do poder. A memória é um importante mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de pertencimentos dos diferentes grupos. Em outras palavras, cabe aos museus, segundo Scheiner (2005), representar as expressões, valores e desejos do homem, a partir de suas realidades percebidas, atuando nos diferentes planos de memória. O que é corroborado por Junior e Tostes (2008), quando afirma que:

Os museus possuem uma relação estreita com os acervos que abrigam, possibilitando, através de cada objeto, uma variedade de informações sobre as ações produzidas pelos homens. No entanto, devem ser entendidos não apenas como uma coleção dos testemunhos matérias do passado, mas também como elementos de identificação e referência da vida presente. Nos museus, o ontem e o hoje caminham juntos, evidenciando as tensões e as relações entre passado e presente, memória e esquecimento (JÚNIOR, TOSTES, 2008, p. 7).

Chagas (2002), por sua vez, afirma que os museus são responsáveis por construir um discurso sobre a realidade, ligados a um complexo esquema de lembrança e esquecimento, tanto do enunciado, como das suas lacunas, desde a concepção e planejamento, até a extroversão dos discursos museais. Cumpre mencionar que é, sobretudo, na exposição onde os objetos são trazidos ao olhar do público, e é nela que se decidirão os discursos que serão lembrados e os que serão jogados a escuridão do esquecimento.

Interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber dizer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso. O que se expõe à visão do vigia não são objetos, são falas, narrativas, histórias, memórias, personagens em cena, em cena e em cena, acontecimentos congelados. Neste caso, o que se quer aprisionar e ao mesmo tempo deixar à vista é a memória, a história, a verdade, o saber (CHAGAS, 2002, p. 56).

O autor completa:

Isso implica falar em forças de tensão entre poder e memória. A memória -voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – é, como se sabe sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos do poder (2002, p. 44).

Desse modo, de acordo com o autor, os museus, como cenários de representações, podem ser um espaço usado para apagar memórias e, ao mesmo tempo, para consolidar lembranças (CHAGAS, 2002). E destaca que a utilização do poder, muitas vezes, pelas classes dominantes, pode impor um discurso “verdadeiro” sobre os

dominados, utilizando-se do passado, sem a chance de uma releitura. Podemos entender, e supor, então, que os museus podem estar inseridos em um “conflito em torno de uma memória coletiva”, conceito trazido à tona por Candau (2004). Isso ocorre quando há a tentativa de se consolidarem certas lembranças, em detrimento de outras, por grupos mais favorecidos, havendo, assim, uma tentativa de apagamento de memórias dos fatos ocorridos, ou mesmo, forçando as memórias de determinados grupos ao esquecimento.

Na mesma toada, a partir de Ricoeur (2007), estimamos que muitas imagens são impedidas de serem reconstruídas, configurando-se em um esquecimento impositivo. “Muitos esquecimentos devem ao impedimento de ter acesso ao tesouro enterrados da memória.” (RICOEUR, 2007, p. 452). Muitas vezes, é no “caminho da recordação que se encontra os obstáculos para o retorno da imagem.” (RICOEUR, 2007, p. 452). Nessa linhagem de pensamento, o autor ressalta que, como é impossível lembra-se de tudo, também é impossível tudo narrar, e que essa narrativa é composta de uma dimensão seletiva.

A ideologia da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração; pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (2007, p. 455).

Ricoeur ainda afirma que:

O perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõe uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (2007, p. 455).

Ou seja, para o autor, trata-se de um esquecimento obrigado, no qual os atores sociais não podem narrar sua própria história. Evita-se que as memórias sejam recordadas e reivindicadas, trata-se não só de um esquecimento “semi ativo”, como também, “semi passivo” (RICOEUR, 2007).

Partindo desse mesmo raciocínio, Connerton (2008) afirma que o esquecimento repressivo aparece como uma das formas mais brutais do apagamento da memória. Ele pode ser utilizado pelas forças opressoras sem violência aparente, pode ser criptografado dissimuladamente (não utiliza da força física, mas, meramente intelectual, semântica).⁴

⁴ O autor, baseado também em Duncan e Wallach (1980), cita como exemplo o museu Metropolitan, em Nova York, no qual o público que o visita o grande salão da instituição fica na interseção de eixos principais. Na esquerda, situa-se a coleção de arte grega e romana, à direita, a coleção egípcia e, à frente, na cimeira da grande escadaria que continua o eixo do entranceway, é a coleção de pinturas européias, começando com o Alto Renascimento. Para o autor, há um foco central na importância das coleções de arte ocidental, para que seja lembrada

Entretanto, Candau (2014) contraria tal conceito, dizendo que as memórias tidas como homogêneas e unificadoras, usadas pelo estado dominante para se apoderar e impor um discurso aos dominados (por meio dos museus, memoriais, celebrações, monumentos, entre outros) vêm se esvaziando devido à pluralidade dos grupos sociais a reivindicarem suas memórias e identidades. O autor complementa dizendo que “as memórias contemporâneas seriam mosaico, sem unidade, feitos de fragmentos das grandes memórias organizadoras que foram despedaçadas, de pedaços compostos, restos divergentes, traços heterogêneos, testemunhos opostos, vestígios incoerentes.” (CANDAU, 2014, p. 188).

Vemos, assim, baseados no autor acima, que cada indivíduo, ou coletivo, em uma sociedade cada vez mais fragmentada, busca assegurar sua vitalidade, as suas memórias e identidades. Tenta identificar suas realidades na busca de reconstruir as memórias, não mais hegemônicas e unificadoras, mas, consolidar e organizar na esteira de um laço social, contrariando toda a ideia de submissão. Esses grupos veem os próprios centros culturais como um local onde possam consolidar suas memórias e identidades; fazem uso desses espaços como forma de realizarem uma releitura dos usos do passado no presente. Isso se deve ao fato de que a memória, segundo Jelin (2002), tem o potencial de exercer um importante papel como mecanismo cultural, para auxiliar no fortalecimento e sentimento de pertencimento dos grupos e comunidades.

Segundo Poulot (2013), caberia aos museus, na atualidade, atentarem à amnésia dos lugares, homens e coleções, evitando-se, desse modo, a consolidação de discursos excludentes, que não representam o grande público. Devem saber ajustar suas atividades, mantendo-se atualizados. “A atualização de seus sucessivos remanejamentos é uma tarefa que equivale a promessa de lucidez quando a sua reivindicação obstinada de autenticidade” (POULOT, 2013 p. 143). Devem ser, desse modo, um “lugar de memória” (NORA, 1993), dando voz a todos os grupos, e não um “lugar de esquecimento” (CANDAU, 2014), voltando seus discursos apenas para os seus detentores.

O ESTUDO DE CASO

Como já mencionado anteriormente, para melhor explicar a importância do princípio de musealidade, vamos apresentar uma pesquisa empírica que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objeto de análise o Museu Gruppelli. Nesse estudo, busca-se identificar e analisar como se efetiva a percepção museal do público que visita as exposições do referido Museu, bem como seu potencial de evocar memórias e forjar identidades, além de identificar que pontes e conexões o público cria ao flertar com os objetos expostos.

O Museu Gruppelli foi inaugurado no ano de 1998, a partir da iniciativa da comunidade local que queria um espaço para preservar as suas histórias e memórias. O

pelo público visitante, entretando, as coleções destinadas a arte não ocidental, como a medieval, são invisíveis, a partir do Grande Hall. São evidentes, assim, as narrativas escolhidas e editadas na exibição das coleções, para aqueles que devem ser mais lembradas e esquecidas em detrimento de outras. Nesse espaço, também há uma luta da humanidade contra o poder e o esquecimento.

Museu, que leva o nome atribuído à localidade na qual se insere, está situado no sétimo distrito da cidade de Pelotas, no que se denomina Colônia Municipal. Possui um acervo de cerca de 2.200 objetos que são divididos em várias tipologias (esporte, doméstico, impressos, trabalho rural e trabalho específico). (FERREIRA, GASTAUD, RIBEIRO, 2013). Segundo os mesmos autores, o local se apresenta como “um espaço de exposição e guarda de objetos que traduzem a ‘vida na colônia’, ou seja, as dinâmicas sociais de uma comunidade identificada pelas origens e trajetória imigrante” (FERREIRA, GASTAUD, RIBEIRO, 2013, p. 58). Por esse entendimento, ao coletarem objetos do real para fins de representação, aqueles atores-sociais buscavam, a partir dos objetos, a representação dos modos de vida de um local, cuja carga significativa atravessaria a objetividade material dos mesmos. A nosso ver, o processo de seleção dos referenciais de memória seria produto do que convencionamos chamar de percepção da musealidade. Ver figuras 3 e 4, abaixo.



Figura 3: Lateral direita da casa onde está localizado o Museu. Fonte: Projeto de extensão Revitalização do Museu Gruppelli.



Figura 4: Máquina de debulhar milho. Fonte: Acervo dos autores.

A presente pesquisa ainda está em andamento, mas alguns dados e análises já podem ser observados. Até o momento, foram aplicadas 40 entrevistas, no período de maio a junho de 2015. As pessoas que visitaram o Museu foram convidadas, pelo pesquisador, de forma aleatória, a darem um depoimento⁵, após terem concluído a visita. Já outros entrevistados foram convidados quando o pesquisador percebia o interesse dos visitantes pelos objetos expostos.

Com relação à residência dos entrevistados, 3 disseram que moram na zona rural, seguidos de 22 que já moraram, mas, atualmente, estão locados na cidade, contra 15 pessoas que sempre residiram na zona urbana. Esses, visitaram o Museu, seja para conhecer o acervo ou, mesmo, para evocar memórias e afirmar identidades. Ou seja, é interessante notar que as coleções, percebidas pelos entrevistados, evocam memórias não apenas daqueles que partilham dos modos de vida rural, mas, também, por aqueles que não tem proximidade afetiva direta.

Ao serem indagados se a carroça significava ou representava algo para si, 32 dos entrevistados disseram que sim. Entre os principais significados atribuídos ao objeto está o fato de ser visto como representante da sua infância, que lhes traz saudades, um objeto de passeio, trabalho e de transporte de pessoas, mercadorias e alimentos.

⁵ Citamos aqui as principais perguntas feitas aos entrevistados durante a aplicação dos questionários. Essas perguntas elaboradas foram inicialmente constituídas de gênero e idade dos entrevistados, seguidos das demais; você é morador, ou já residiu na zona rural? Qual sua profissão? A carroça significa ou representa algo para você? O que? Ao vê-la, ela te traz alguma lembrança? A foice significa ou representa algo para você? O que? Ao vê-la, ela te traz alguma lembrança?

Ao serem perguntados se o objeto lhes trazia alguma lembrança ao ser observado, 31 pessoas disseram que sim. Entre as principais memórias evocadas pelo público entrevistado está o fato de terem usado a carroça como um instrumento de trabalho, lazer e transporte. Um dos entrevistados comentou que não usou a carroça, mas lembra de haver visto pessoas que a utilizavam como instrumento de trabalho. Conforme gráfico 1.



Gráfico 1: Ao ver a carroça, ela te traz alguma lembrança? Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um segundo momento, o público entrevistado foi indagado sobre o segundo objeto da pesquisa, a foice. Foram-lhes perguntadas as duas perguntas anteriores, feitas sobre a carroça. 32 pessoas disseram que a foice lhes representa ou significa algo. Entre os principais significados levantados pelo público, está o fato de terem relacionado a foice a um objeto da infância, de trabalho, para o corte de pasto, soja, trigo e macega.

Já, ao serem perguntadas se esse objeto lhes trazia alguma lembrança ao ser observado, 31 pessoas disseram que sim. Entre as principais memórias evocadas pelos entrevistados está o fato de terem utilizado a foice quando eram crianças, ou quando adultos, para o corte de pasto, soja, trigo, com a finalidade de alimentar os animais (vaca, porco, galinha, cavalo) que tinham em casa. Ao mesmo tempo, que, através da percepção do objeto, se lembram de amigos, familiares ou conhecidos que a utilizavam para fins de trabalho. Lembram, ainda, de terem utilizado o objeto tanto de maneira direta como indireta, como no caso da carroça. Ver gráfico 2.

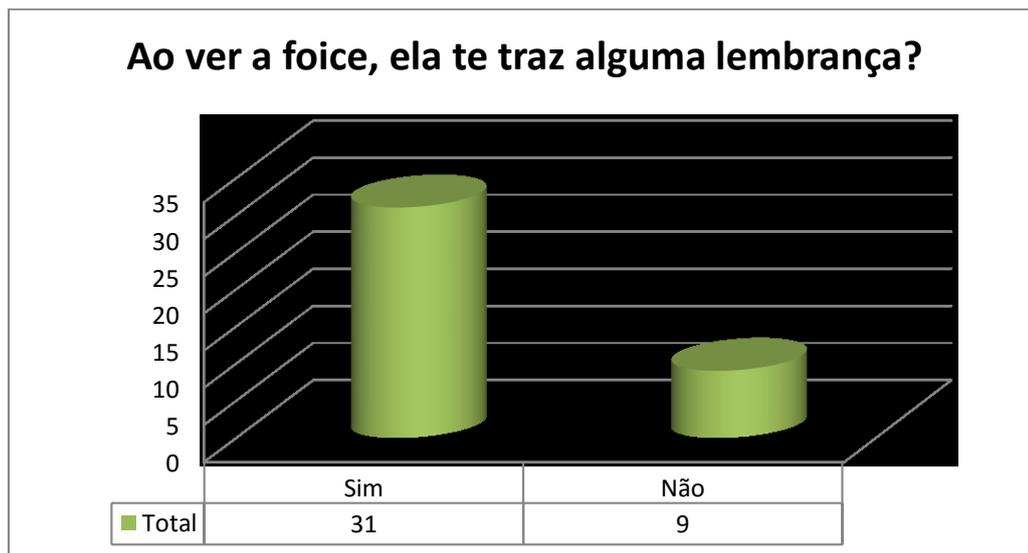


Gráfico 2: Ao ver a foice, ela te traz alguma lembrança? Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados acima, verificamos que os objetos (carroça e foice) funcionam como semióforos, apoiados em Pomian (1997), na medida em que conectam o visível ao invisível; criando conexões com pessoas, tempos e lugares distantes do olhar, que se presentificam simbolicamente. São responsáveis por trazerem o que está longe para perto, o ausente para o presente, a morte para a vida, o que estava apagado, lançado ao vácuo do esquecimento, para a luz das lembranças e recordações.

Podemos também afirmar que os objetos, ao serem observados, são responsáveis por contribuir para a consolidação de lembranças e para a afirmação das identidades do sujeito. Assim, a memória está, indissolavelmente, ligada à identidade das pessoas, conforme salienta Candau (2014). Para ele, a memória é responsável por fortalecer o sentimento de identidade, tanto ao nível individual, quanto coletivo, entretanto, a própria demanda identitária pode vir a reativá-la.

É importante grifar que as narrativas, por várias vezes, conectam os objetos selecionados (foice e carroça) a outros que estão dentro ou fora do Museu, em uma rede de relações simbólicas. Desse modo, podemos assegurar, que os objetos estão inseridos aos quadros sociais da memória, ideia também defendida por Halbwachs (1976) que afirma que a memória social modula a nossa memória individual. “A representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada as mesmas coisas” (HALBWACHS, 1990, p. 61).

O mesmo autor apresenta o conceito de quadros sociais da memória, que seriam as influências externas, sociais, que sofremos, como a linguagem, família, religião, tempo e espaço, nos quais estamos inseridos, que contribuem para a fixação de lembranças em nossa memória. Segundo o autor, o espaço exerce uma das mais importantes etapas de fixação das lembranças, porque o homem não consegue

reconstruir suas memórias se não estiverem vinculadas a determinado ambiente (HALBWACHS, 1976).

E esse conceito é, também, compartilhado por Silveira e filho (2005) que mencionam os objetos como algo que sempre remete a alguém, ou a algum lugar. Nas suas palavras :

Um objeto ou coisa sempre remete a alguém ou algum lugar, permanecendo como um elemento de uma paisagem (o casarão do século XVIII; a velha figueira; o pilão; o Ford modelo 1929), ou mesmo de uma paisagem corporal (um colar de esmeraldas proveniente do Novo Mundo; um bracelete de ouro da Roma Antiga; um sapato à Luís XIV; um cocar Yanomami; um vestido de Marilyn Monroe). (2005, p. 39).

Nessa interação entre sujeito, objeto, lugar e memória, ainda complementam:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “**a alma nas coisas**”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (2005, p. 39, grifou-se).

Portanto, pode-se dizer que o objeto “fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida” (SILVEIRA E FILHO, 2005, p. 40). Sendo assim, os objetos são referência e consequências da construção cultural. Por materializar concepções culturais das mais diversas, que ajudarão a entender e compreender as dinâmicas sociais e culturais dos grupos, a qual está inserido (SILVEIRA E FILHO, 2005). Ao mesmo tempo podemos dizer que os objetos ajudam a moldar e consolidar o sujeito no presente, afirmando, ou reafirmando, suas memórias, bem como, quem ele foi, é e será.

CONCLUSÃO

Diversos são os motivos que levam as pessoas a colecionarem objetos. Conforme visto, tal ato se dá por um valor estético, sentimental, ostentação ou, simplesmente, por diversão. Busca-se colecionar com a intenção de manter vivos os testemunhos de um passado que não mais voltará, ou mesmo, para evocar memórias de um passado, por meio dos suportes físicos que contribuirão como pontes para que tal objetivo seja alcançado (MENDONZA, 2005). Esse ato de colecionar pode ser, tanto individual, como coletivo. E é nesse último em que as coleções contribuem para a constituição e consolidação das instituições museológicas.

O fato dos homem/sujeito colecionar está inteiramente vinculado ao princípio de musealidade. Sob esse prisma, compreende-se que ele, desde o princípio da humanização, separa parcelas do real para fins de significação, preservação e exibição;

seria, em outros termos, o deslocamento de olhar que transforma os objetos em documentos da realidade da qual foram separados (BRUNO, 2006).

Ainda, os objetos que, no presente, adentram os museus, podem ser chamados de semióforos, ou seja, esmaecem seu valor original para o qual foram concebidos e adquirem um novo significado, carregados de valores e simbolismo. São responsáveis, a partir das pessoas que os observam, por criarem pontes e conexões com mundos, pessoas e lugares (invisível ao visível), contribuindo para a consolidação de suas memórias e identidades (POMIAN, 1997).

O museu, a partir desse raciocínio, pode ser entendido como “lugar de memória” (NORA, 1993), ao mesmo tempo em que pode ser um “lugar de esquecimento” Candau (2014). Desse modo, os museus estão sujeitos a estarem envolvidos em um “conflito em torno de uma memória coletiva” (CANDAUI, 2004), porquanto, como afirma Chagas (2002), ao realizarem um discurso sobre a realidade, estão ligados a um complexo esquema de lembrança e esquecimento que vai desde a sua concepção até a execução de discursos. Isso implica em falar em forças de tensão e poder, em interfaces da memória.

Em relação à pesquisa empírica, podemos observar, até o momento, que os objetos são responsáveis por ajudarem os entrevistados, a partir de suas percepções, a afirmarem suas identidades e evocarem suas memórias individuais e/ou coletivas, tanto pelo contato direto, ou indireto, que tiveram com os mesmos.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. São Paulo, Editora da Unicamp, p. 317-366, 2011.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica**. 1955. Disponível em: <<http://baixacultura.org/biblioteca/artigos-ensaios-papers/1-1-a-obra-de-arte-na-era-de-sua-reprodutibilidade-tecnica/>> acesso em: 22/07/2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.” In: **As várias faces do Patrimônio**, por LEPA. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: Cadernos de Sociomuseologia, n.9. **Centro de Estudos de sociomuseologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDAU, Joel. Conflits de mémoire: pertinence d’une métaphore? In: BONNET, V’Wronique (sous la direction de) **Conflits de mémoire**. Paris, Éditions Karthala, 2004

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. **Memory Studies**, 2008; 1; 59.

FERREIRA, Maria Leticia; GASTAUD, Carla; RIBEIRO, Diego Lemos. Memória e emoção patrimonial: Objetos e vozes num museu rural. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, p. 57-74, 2013.

FLEURY, Beatrice; WALTER, Jacques. De los lugares de sofrimiento a su memoria In: FLEUR y Béatrice; WALTER, Jacques (comps) **Memorias de la piedra. Ensayos en torno a lugares de detención y masacre**. Ed. Ejercitar la memoria, 2011.

GIL, Alberto. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento. Memória e Patrimônio Ensaio Contemporâneo**. 2003. Disponível em:<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf> Acesso em: 01/08/2015.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Siglo Veintiuno editores, España 2001. Cap. I.

JÚNIOR, José do Nascimento, TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **A democratização da memória: a função social dos museus ibero – americanos**. Organização: Mário de Souza Chagas, Rafael Zamorano Bezerra, Sarah Fassa Benchetrit. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2008.

MENDOZA, C. A. L. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n.20, suplemento especial, p.217-228, jan.juh., 2005.

NETO, Otávio. **Trabalho de campo como descoberta e criação**. IN; Pesquisa social: teoria, método e criatividade. DESLANDES, S. F, NETO, O. C, GOMES, R. MINAYO, C de S. (organização). Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História** da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte, Autêntica editora, 2013.

POMIAN, K. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi, volume 1, **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas, Edunicamp, 2007.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia – Museu : Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2005. p. 85 -100.

SIVEIRA, Flávio Leonel Abreu da Silva da; FILHO, Manuel Ferreira Lima. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

Site do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/> Acesso em: 20/09/2014.